

Este trabalho analisa o conceito de revolução na visão de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, dentro da perspectiva histórica do Brasil. Compara suas idéias em torno do conceito, a partir do plano materialista da história. Toma como referência suas principais obras: “A Revolução Brasileira” de Caio Prado Junior e “A Revolução Burguesa no Brasil” de Florestan Fernandes. Aqui abordaremos sucintamente como aconteceu o processo de revolução, quais os seus agentes responsáveis e as suas conseqüências. Nessa tentativa, Florestan Fernandes parte de uma análise dialética de como surge a burguesia, a qual teoricamente teria o fim histórico de concretizar a revolução, Caio Prado Jr., por outro lado, parte da crítica ao “etapismo” e principalmente do determinismo mecanicista das idéias do Partido Comunista Brasileiro.

Para Caio Prado Jr. a “teoria” revolucionária brasileira oficializada e consagrada nos círculos de esquerda pecava por graves distorções ao interpretar a realidade política, social e econômica do Brasil, levando a erros na ação política da esquerda. Porque na compreensão de Caio Prado Junior, as concepções que inspiravam as forças políticas de esquerda, especificamente o Partido Comunista Brasileiro (PCB), eram equivocadas. Nesse sentido, o autor dá sua grande contribuição refletindo e pesquisando a “especificidade” do tempo histórico brasileiro, à luz das idéias marxistas, contudo, preocupando-se em evitar repetições teóricas, mecânicas e inadequadas à realidade brasileira, como os marxistas do PCB tentavam fazer, os quais consideravam o “etapismo” como um caminho inexorável que todos os países deveriam experimentar.

Segundo o autor, aceita-se *a priori* um modelo determinado que deveria reproduzir-se no Brasil, transformando-se numa lei histórica universal e que estaria longe de se aproximar de uma leitura marxista. Segundo Prado Junior (1987), Marx ao trabalhar com dialética não se propõe a “inventar” um esquema introspectivo, revelado e explicitado. Dessa forma, o socialismo não constitui para Marx uma etapa ou estágio da sociedade capitalista nem um estado ideal como tinham pensado os socialistas utópicos, pelo contrário, ele encontra-se presente e “em germe” nas contradições da sociedade atual. No entanto, não foi assim que as correntes marxistas interpretaram a realidade brasileira, considerando o capitalismo fora precedido por uma etapa feudal. Para Prado Junior (1987), o Brasil não apresentava nenhuma evidência que pudesse caracterizá-lo como feudal, uma vez que já nasceu capitalista, como grande exploração comercial, criado pelo capitalismo mercantil europeu e voltado para o mercado externo e, desde sua origem, as relações econômicas que se recriam sustentam o capitalismo. Enfim, para Caio Prado Jr., as visões deformadas das relações de produção e de classe no campo brasileiro, como também na formação da burguesia nacional, levaram a “obscurecer” a finalidade da luta revolucionária brasileira.

Já para Florestan Fernandes (1981), todos os países passaram por uma revolução burguesa, mas o fizeram de forma diferente, de acordo com sua história, em particular. Considera difícil pontuar no tempo o momento que explicita o começo do processo revolucionário e o fim de uma era histórica de ordem feudal e colonial. Entendeu a revolução como um processo que abrangeu diferentes fatos históricos da vida nacional. Mas sinalizou a Independência do Brasil, transformação da colônia em Império, logo após a chegada da família real, como o primeiro momento histórico da revolução no Brasil. No entanto, a Independência apresentava-se como contraditória. De um lado, ela tinha um elemento revolucionário responsável por mudar a ordem social necessária para uma sociedade nacional. Do outro, havia um elemento conservador que não dava condições materiais para o florescimento de uma Nação. A “revolução da Independência” envolveu importantes limitações histórico-sociais na medida em que os seus reflexos políticos impuseram uma dominação senhorial e estamental, através da perpetuação do passado no presente. Os protagonistas históricos da revolução seriam, segundo Fernandes (1981), o fazendeiro do café que surge como uma derivação do antigo senhor feudal e o imigrante que não se interessava em privilégio senhorial, procurando a riqueza em si e por si mesma. Assim, fazendeiros e imigrantes participavam da transformação da ordem econômica, social e política, construindo o Brasil moderno. Esses dois protagonistas consolidaram o poder

burguês, recompondo as estruturas de poder, marcando o início da modernidade que separa a era senhorial (antigo regime) da era burguesa (sociedade de classes). No entanto, essa burguesia no Brasil se comporta de forma diferente das que levaram adiante a revolução em outros países, não assume o papel de instrumento de modernidade ou modelo de civilização, se apropria do poder do Estado no plano político e se compromete com tudo o que lhe fosse vantajoso para sua reprodução. Para Fernandes, observa-se a conjugação da antiga aristocracia comercial e sua correspondente inserção no mundo dos negócios e as elites dos imigrantes, que juntas impuseram a lógica de dominação burguesa dos grupos oligárquicos. Essa oligarquia convertia-se no agente condutor do *Brasil moderno*, sendo que a lógica de dominação burguesa requeria uma política que fosse o avesso do que se entendia como “Revolução Burguesa” nos países centrais.

Ambos os autores partem da concepção materialista da história, ainda que de forma peculiar, começam a contar uma história do Brasil diferente. Para Caio Prado Jr., a história tem um sentido, um rumo na qual o homem participa na construção do mesmo, aproximando-se do pensamento de Hegel e da dialética da totalidade. Já Florestan Fernandes, buscou resgatar a *práxis* dos problemas da realidade brasileira, utilizando a dialética no sentido da “volta ao concreto”, como as idéias se concretizam ou se materializam na realidade nacional. Para Fernandes a dialética se encontra dentro do ser, dos processos históricos e da forma como eles se desenvolvem.

Caio Prado Jr. critica o modelo abstrato do “etapismo”, sustentando que o Brasil não passou pela etapa feudal, o país foi sempre capitalista, ou seja, não há necessidade de passar por essas etapas nem tampouco por uma revolução burguesa. Nessa perspectiva, a visão de Florestan Fernandes se opõe à de Caio Prado Jr. com relação à existência da revolução burguesa, porque admite que se há capitalismo, é porque já houve a revolução burguesa, só que “no concreto” ela se materializa de forma diferente daquela vislumbrada nos países europeus. Percebe que a revolução burguesa se desenvolve gradualmente afirmando que sustentar que não existiu revolução burguesa não faz sentido. O processo revolucionário, na ótica de Florestan Fernandes, é demorado, a revolução acontece *dentro da ordem*. Para o autor, a revolução burguesa teria uma forte inspiração no ideário liberal, no entanto, no Brasil essas idéias se concretizam de forma diferente, principalmente porque vai defender a escravidão e os privilégios patrimonialistas. Essa revolução não gerou nenhuma mudança na estrutura econômica do país, perpetuando-se a grande propriedade, o trabalho escravo, o império, o estamento, etc. Tanto Caio Prado Jr. quanto Florestan Fernandes, apresentou uma visão da história com traços de continuidade apesar de estarem analisando processos revolucionários, que sugeririam a idéia de ruptura, de renovação e de reconfiguração das estruturas sociais e econômicas. Para Caio Prado Jr., parece que história se repete desde sempre, como se o Brasil fosse igual ao começo de sua história, apesar da passagem do tempo e dos acontecimentos. Esse país sempre foi colonial e capitalista, as mudanças que aconteceram nada o modificaram. O presente brasileiro tende muito mais ao passado do que ao futuro, sendo este fenômeno uma forma de resistência, com ritmos históricos de adequação lenta. Em Florestan Fernandes a história se apresenta com traços de continuidade, porque ele interpreta a revolução como um processo “dentro da ordem”, que dura aproximadamente cem anos, privilegiando a acomodação para não ferir as estruturas que vigoravam na época.

Enfim, a interpretação que se faz do Brasil, a partir das obras dos autores, é o de continuidade histórica, uma espécie de muda e não muda, avançando no tempo sem quebrar as estruturas sociais e econômicas, mostrando um processo de continuidade.